

O olhar dos pensadores antigos sobre as mulheres espartanas

Elias Pereira de Barros

Resumo: O objeto desse artigo é confrontar os discursos dos pensadores antigos, Aristóteles (384 a.c. - 322 a.c.) e Xenofonte (435 a.c.- 354 a.c.), na construção da identidade das mulheres da sociedade espartana. Entre os vários elementos que fazem parte da sociedade espartana, a figura feminina e seus possíveis excessos se tornaram objeto de amplos debates. As mulheres de Esparta, por vezes, foram vistas por autores da antiguidade como um modelo de conduta social e, em outros casos, como dotadas de uma liberdade excessiva. O trabalho está dividido em três partes. No primeiro momento, é apresentada uma discussão baseada em pesquisas de historiadores modernos sobre a historiografia da antiguidade. Posteriormente, é analisado os aspectos gerais da sociedade espartana, uma Pólis voltada para a guerra e fundamentada na produção de guerreiros. Por fim, na terceira parte, apresenta-se a discussão, a partir de pesquisas de autores atuais, que por sua vez, analisam as obras de autores antigos, sobre as mulheres da sociedade espartana no período clássico (séculos V a.c. e IV a.c.).

Palavras-chave: História Antiga; Grécia Clássica; Esparta; Mulheres.

Introdução

No artigo intitulado, “As representações da Esparta clássica nos séculos XIX e XX”, o historiador e pesquisador da UFRJ, Luís Filipe Bantim de Assumpção afirma que o Mundo Antigo continua nos causando fascínio e curiosidade. Mas, por outro lado, Assumpção aponta que, por vezes, em virtude de interesses profissionais de alguns segmentos da nossa sociedade, o Mundo Antigo acaba sendo minimizado em relação as disciplinas de maior interesse político e, dessa forma, a antiguidade clássica acaba por se deparar com generalismos baseados em escolhas políticos-culturais.

Em relação ao período denominado História Antiga, o pesquisador destaca que, entre as muitas sociedades que existiram ao redor do mediterrâneo antigo, Esparta foi uma das que mais se destacaram e chamaram atenção pelas suas particularidades. Na antiguidade, a cidade-estado de Esparta foi representada de várias maneiras, ora como uma pólis de cidadãos que davam muita importância a tradição de seus ancestrais, ora como a de uma sociedade extremamente belicosa e imersa em excessos, principalmente em relação às mulheres.

O historiador também chama a atenção para o fato de os historiadores modernos e, também os pensadores antigos, basearem seus discursos sobre as representações da sociedade espartana usando como padrão o contraponto que foi estabelecido entre Atenas e Esparta e,

dessa forma, esses autores, ao fundamentarem seus discursos com base na documentação existente, tomaram Esparta como um ideal oposto ao de Atenas clássica.

Já a historiadora Isabel Sant'Ana Martins Romeo, em sua dissertação de mestrado apresentada na UFRJ com o título “A Ambiguidade da visão das esposas espartanas”, discorre sobre o fato de as mulheres da sociedade espartana dificilmente serem objetos de estudos da historiografia, em muitos casos, pela própria limitação quanto a documentação. Romeo afirma que, apesar de ser levado em conta as pessoas que viverem na sociedade espartana e contaram a sua história, não foi encontrado nenhum documento escrito deixado por um cidadão de Esparta.

Dessa forma, a pesquisadora cita que, mesmo possuindo laços com outras cidades-estados gregas e, também compartilhando de uma língua e de um mesmo sistema de valores, a sociedade espartana possui particularidades geradoras e reprodutoras de toda uma lógica social interna. E, é nessa lógica própria que as mulheres espartanas estão incluídas. A historiadora aponta que, as mulheres da sociedade espartana foram peças-chave na construção de sua sociedade, que só foi o que foi, porque seu funcionamento se deu como foi estabelecido e, nesse contexto, as mulheres de Esparta foram extremamente necessárias para que fosse possível a reprodução dos valores militares.

Romeo também afirma que a pólis de Esparta do período clássico estava intimamente ligada à qualidade física e aos valores militares que foram disseminados pelo sistema educacional espartano, onde as mulheres estavam inseridas e, para haver uma maior compreensão das mesmas, é necessário analisar todo o sistema espartano, uma vez que essas mulheres só possuem significado no seu meio cultural.

O objeto desse artigo é confrontar os discursos dos pensadores antigos, Aristóteles (384 a.c. - 322 a.c.) e Xenofonte (435 a.c.- 354 a.c.), na construção da identidade das mulheres da sociedade espartana. O trabalho está dividido em três partes. No primeiro momento, é apresentada uma discussão baseada em pesquisas de historiadores modernos sobre a historiografia da antiguidade. Posteriormente, em um segundo momento, será analisado os aspectos gerais da sociedade espartana, uma Pólis voltada para a guerra e fundamentada na produção de guerreiros. Por fim, na terceira parte, apresenta-se a discussão, fundamentadas em pesquisas de autores atuais, que por sua vez, analisam as obras de autores antigos, sobre as mulheres da sociedade espartana no período clássico (séculos V a.c. e IV a.c.) e o excesso de liberdade atribuídas as mesmas. O presente artigo é baseado em uma revisão bibliográfica, apoiada nas análises de autores modernos que são referências tanto em

História Antiga, como sobre a sociedade espartana. Historiadores como; Pedro Paulo Funari, Norberto Luis Guarinello, Luís Filipe Bantim de Assumpção, Fábio de Souza Lessa e Isabel de Sant'Ana Martins Romeo.

Algumas considerações iniciais sobre História Antiga

Segundo o professor de história da USP (Universidade de São Paulo), Norberto Luís Guarinello e sua obra, *História Antiga*, o que se entende por História Antiga já faz parte do repertório cultural dos brasileiros. Guarinello aponta que a História dita “antiga”, além de ser ensinada nas escolas, no ensino básico e médio e, nas universidades, ela representa para muitos brasileiros uma ideia das nossas origens culturais e como civilização. O professor enfatiza que a História Antiga é vista como o começo de um processo que, através da História Medieval e Moderna, tenta explicar a nossa colonização pelos europeus, o que nos tornou em descendentes da Civilização Ocidental.

O pesquisador também nota que, desde o século XIX houve esse processo de “ocidentalização” consciente pelas elites brasileiras, bem como por parte do Estado brasileiro. Segundo Guarinello: “A história antiga ocupa assim, uma parte importante em nossa identidade como pessoas e como nação. Pensar sobre a história antiga é uma maneira de pensarmos e repensarmos nosso lugar em um mundo em rápida transformação” (GUARINELLO, 2018, p. 8). No entanto, o historiador também observa que “não é a história antiga do mundo, portanto, mas a história de um recorte bem específico do passado: o das origens do Ocidente”. (GUARINELLO, 2018, p.13)

Guarinello também discorre sobre o fato de que, ao ser assumido e ensinado que esse período é a nossa História Antiga, inconscientemente é feito um trabalho de memória e produção de identidade, uma vez que assumimos naturalmente que somos parte da história do ocidente e, dessa forma, ao sermos colocados numa linha do tempo, somos posicionados na história mundial como herdeiros do ocidente próximos da Grécia e de Roma.

O pesquisador ainda nota que, “viramos sucessores da história medieval” e, a História do Brasil se torna um ramo da história europeia nos tempos modernos, quando nosso território foi colonizado pelos portugueses a partir do século XVI. Segundo o pesquisador:

O efeito dessa forma de reconstruir a história não é inócuo. Sua ação sobre a memória coletiva e sobre a identidade do Brasil é evidente. Vemo-nos como ocidentais e os textos bíblicos, o Egito, a Mesopotâmia, a Grécia e Roma, parece-nos mais próximos que as histórias de outros povos e regiões. Não é

uma visão falsa em si mesmo: falamos uma língua latina, nossa cultura escrita deve muito aos clássicos gregos e latinos, nossas leis e nossa democracia inspiram-se também em textos desse mundo “antigo” e o cristianismo, que nasceu no império romano é nossa religião dominante. (GUARINELLO, 2018, p.13).

Ainda, segundo Guarinello, o nascimento da História dita “antiga” foi uma consequência da história científica, pois foi concebido um processo de junção das teorias políticas e sociais da época a partir da leitura crítica das fontes escritas antigas, somada a adoção da sistematização dos repertórios de fontes recolhidas pelos antiquários.

Guarinello aponta que, várias novas ideias se juntaram na construção da História Antiga como disciplina científica, a ponto de muitas dessas ideias afetarem seu ensino até na atualidade em escolas e universidades. Nesse aspecto, a exclusão do Oriente foi uma delas. Não estudamos a antiguidade oriental, o Império chinês, o Japão, a Rússia ou outros importantes povos asiáticos. Além disso, a África aparece apenas nos estudos da pré-história e do Egito antigo.

O historiador também afirma a questão do nacionalismo:

Além disso, impulsionada pelo romantismo, a história antiga tornou-se uma história das nações. Uma nação era concebida como sendo formada por um mesmo povo, com uma mesma língua, uma só ancestralidade, uma cultura comum, um só estado. Para a maioria dos estudiosos, a história das nações europeias começava na história da nação grega (GUARINELLO, 2018, p. 20).

Já para o professor Pedro Paulo Funari, em sua obra *Grécia e Roma*, as sociedades ocidentais beberam muito das fontes greco-romanas antigas. Palavras e expressões que usamos no cotidiano, por exemplo, república, democracia, senado, mito, labirinto, vênus, sorte lançada, entre outras, são heranças dos antigos gregos e romanos. Sobrevivem ainda muitos costumes e tradições, formas de pensamentos, que tiveram origem na antiguidade clássica. De acordo com Funari:

Não há estudante de matemática que passe sem o teorema de Pitágoras. Não há filósofo que não conheça Platão e Aristóteles. O juramento de Hipócrates tradicionalmente faz parte da solenidade de formatura dos médicos que prometem praticar a medicina honestamente. Muitos elementos da cultura pop, filmes, games, animações, romances históricos, bebem nas fontes antigas, falam de gladiadores, imperadores romanos, deusas gregas, César, Cleópatra, cupido, e fazem grande sucesso porque continuam interessantes nos dias de hoje. Museus e exposições dedicados ao tema ao redor do mundo seguem atraindo filas de visitantes, e quem não admira os jogos olímpicos? (FUNARI, 2019, p. 9-10).

O pesquisador observa que, dessa forma, a cultura “antiga” ainda está presente no nosso dia a dia por diversos fatores, como pelo fato de ela ser constantemente revisitada e

recriada. O historiador aponta que o primeiro desses renascimentos ocorreu na época do imperador do sacro Império Romano-Germânico, Carlos Magno (747-814), quando a produção literária carolíngia deu muita importância as obras dos autores latinos e, além de ler essa literatura, eles as copiaram. O segundo desses renascimentos ocorreu na época do auge do império medieval, por volta do século XII, mas dessa vez com a contribuição da literatura grega chegando de Bizâncio e também por meio de leitura das traduções árabes de autores gregos antigos.

Posteriormente, sobre o terceiro momento, o autor discorre que:

O renascimento dos séculos XIV a XVII foi, contudo, o momento de retomada cultural mais ampla dos antigos, a partir de uma abertura maior para a literatura politeísta e para as artes greco-latinas, produzindo criações literárias e artísticas com vínculos diretos com a antiguidade clássica. De Michelangelo a Shakespeare, do rio das Amazonas (guerreiras da mitologia clássica) a literatura do padre Vieira, há uma grande proximidade com o mundo greco-romano. (FUNARI, 2019, p. 10-11).

Em sua obra, o pesquisador ainda aponta que, além dessas épocas em que houve a intenção de uma retomada clara do mundo antigo, também houve muitas tentativas de releituras e interpretações posteriores, sendo que algumas ainda seguem marcantes em pleno século XXI. A fim de exemplificar, Funari cita que a obra do psicanalista Sigmund Freud é um caso bem conhecido de intelectuais influentes que usaram as fontes da literatura clássica na composição de seus trabalhos. Outro caso famoso, segundo o pesquisador, foi a tese de doutorado de Karl Marx sobre Demócrito, na qual foram usados muitos dos conhecimentos sobre as civilizações greco-romanas voltadas para se refletir as questões sociais. E acrescenta que: “Movimentos proletários do passado se inspiraram na revolta de Espártaco” (FUNARI, 2019, p.11). No campo da ciência, Epicuro está na base da teoria da física quântica.

Sobre o contexto brasileiro, o historiador discorre que o campo da religião e suas manifestações de fé, também recebeu grande influência da antiguidade. De acordo com Funari:

O cristianismo, em qualquer de suas denominações, remete ao mediterrâneo antigo, em particular aos pensamentos paradigmáticos de São Paulo e Santo Agostinho, ambos os personagens devedores da cultura greco-romana, sem o qual não teriam desenvolvido suas ideias. Já o sincretismo bem brasileiro entre a religiosidade cristã e os influxos indígenas e africanos pode ser mais bem compreendido a luz do conhecimento da mescla cultural que prosperou no mundo helenístico e romano (e que deu origem ao próprio cristianismo, também resultado da mistura) (FUNARI, 2019, p. 11).

O pesquisador também nota que muitos pensadores como Darcy Ribeiro ou Raymundo Faoro, que voltaram suas atenções para pensar o Brasil e os brasileiros, acabaram

constatando que a vida social do povo brasileiro está permeada de conceitos e valores da antiguidade.

Já para Guarinello, é fato que a história dita antiga se tornou, atualmente, de grande importância na formação de nossas identidades como pessoas e também como nação. O historiador aponta que:

Pensar sobre a história antiga é uma maneira de pensarmos e repensarmos nosso lugar em um mundo em rápida transformação. Não se trata de uma questão ociosa. A identidade de uma pessoa, um grupo ou uma coletividade inteira é o que lhe permite pensar sobre si mesmo, repensar seu passado e reconhecer seus limites e suas potencialidades para construir seu próprio futuro. (GUARINELO, 2018, p. 8).

A sociedade espartana

Atualmente entendemos a Grécia como um país no mediterrâneo oriental. Essa definição não era usada pelos próprios gregos da antiguidade. Para esses povos, gregos eram aqueles que falavam a língua grega onde quer que se encontrassem. O professor Funari (2019) observa que, o centro original da civilização grega era constituído na península balcânica, uma região delimitada por um lado pelo mar mediterrâneo e na outra parte por montanhas rochosas alternadas por despenhadeiros e, também, alguns locais férteis para a agricultura.

A Grécia antiga era composta basicamente por quatro áreas distintas, sendo elas a Grécia peninsular ou região do Peloponeso que ficava no sul do continente, ligado por um pequeno istmo. Já a Grécia continental abrangia a região da Ática e, posteriormente, passou a abarcar outras regiões mais ao norte, como por exemplo, a Macedônia. Havia também a Grécia insular, composta por diversas ilhas como Creta, Rodes e Lesbos, entre outras. Por fim a parte da Grécia Oriental no Mar Egeu, onde hoje está localizado o atual país da Turquia. Era nessa área que se situava a região da Jônia.

O pesquisador também aponta em sua obra que pelo fato de o solo ser pobre, somado as condições físicas desfavoráveis, entre esses fatores, invernos e verões rigorosos e relevo acidentado, houve grandes deslocamentos populacionais ocasionando a expansão grega para outras terras. Funari também enfatiza que, com o passar do tempo, foram fundadas colônias gregas na Ilha da Sicília e na Península Itálica que foram chamadas de Magna Grécia.

Funari afirma que no sudoeste da Península do Peloponeso se localizava a região da Lacônia e a cidade de Esparta, uma região cortada pelo rio Eurotas, cercado por um vale de altas montanhas de difícil acesso. Nessa região havia uma importante fonte de recursos que eram depósitos de minerais. Ainda segundo o pesquisador, as terras eram férteis, propícias ao

plântio de cereais, oliveiras, vinhas e as pastagens boas. Não obstante, argumenta o pesquisador, que “em função dos grandes despenhadeiros e pântanos em nada favoráveis a navegação, persistiu o isolamento da região e seu pouco destaque no comércio” (Funari, 2018, p. 29).

O historiador salienta que, apesar de Península balcânica ser habitada por vários povos como Dórios, Aqueus, Eólios e Jônios, foram os rústicos Dórios que, ao invadirem a região da lacônia, fundaram a cidade de Esparta no século IX a.c. e, após muitas lutas, conquistaram toda a região da Lacônia, bem como a Messênia no século VIII a.c. e, uma vez conquistada, sua população foi transformada em uma espécie de servos denominados Hilotas, que significava “aprisionados”. “Os conquistadores espartanos tornaram-se proprietários: cada espartano adulto tinha um lote de terra próprio, cultivado por famílias de Hilotas. Os Hilotas eram obrigados a dar aos espartanos uma percentagem dos frutos da terra, normalmente a metade, como se fossem meeiros. (FUNARI, 2019).

O professor ainda aponta que, apesar de os Hilotas não serem considerados escravos por não ser de fato propriedade dos espartanos, foram submetidos e não possuíam direitos legais. Funari (2018, p. 29) ressalta que: “apenas os espartanos e seus descendentes pertenciam ao grupo dos chamados iguais; proibidos de trabalhar, eram sustentados pelo trabalho dos Hilotas. Por outro lado, deviam dedicar-se aos assuntos da cidade”. Essa submissão, imposta a comunidade dos Hilotas à força pelos espartanos, gerou muitas rebeliões ao longo dos tempos, segundo o pesquisador, chegando, inclusive, a ameaçar a soberania da cidade-estado de Esparta, como a revolta que ocorreu na Messênia no século VII a.c.:

Graças as guerras e as conquistas, Esparta, no final do século VII a.c., chegou a dominar um terço do Peloponeso, submetendo os antigos habitantes as suas leis, fundando novas cidades e entrando em contato com os outros povos e hábitos. Entretanto, como os conquistadores eram muito minoritários diante dos conquistados, os espartanos, sentindo-se ameaçados, no século VI a.c., resolveram abrir mão de certos territórios difíceis de manter a longo prazo e optaram por fechar a cidade as influências estrangeiras, as artes, as novidades e as transformações, adotando para si próprios costumes rígidos e uma disciplina atroz a fim de manter intacta a ordem estabelecida. (FUNARI, 2019, p. 30).

Sobre o sistema político espartano, o pesquisador discorre que todo o poder estava nas mãos dos iguais, ou seja, dos esparciatas, em detrimento dos dominados. O governo era formado pela instituição da *Gerúsia* formada por um pequeno número de dirigentes. Essa instituição seria o conselho e tribunal supremos, assemelhando-se a instituição do Senado de outras cidades-estados contemporâneas a Esparta.

Funari afirma que a *Gerúsia*, literalmente traduzida como “conjunto de velhos”, era formada por dois reis espartanos oriundos de grandes e poderosas famílias que deveriam ser rivais. Também participavam da instituição um conjunto de 28 (vinte e oito) anciões com idade superior a 60 anos, que eram chamados de Senadores ou Gerontes, e que deveriam ter como característica a nobreza do nascimento.

O autor salienta que essa idade era muito avançada para a antiguidade, pois os adultos dificilmente passavam da idade dos 40, 50 anos. Esses cargos eram vitalícios. Os representantes eram eleitos por aclamação dos homens espartanos adultos em uma assembleia, que também elegia pelo mesmo sistema 5 (cinco) *Éforos*, que eram uma espécie de prefeito e permaneciam nesse cargo por 5 (cinco) anos. O poder na sociedade espartana era reservado a essas famílias proprietárias.

Deixando a política de lado, e observando a questão militar, Funari afirma que:

Todos os homens de Esparta, chamado esparciatas eram guerreiros, sendo proibidos por lei de exercer atividades que entrassem em conflito com a carreira militar. Devemos nos lembrar de que, no mundo antigo, as guerras eram sazonais, ou seja, ocorriam, normalmente, no verão. Durante o restante do tempo, os esparciatas ficavam mobilizados em acompanhamento militares, sempre em exercícios bélicos e, mesmo para dormir, não largavam suas armas, que estavam sempre ao lado dos soldados. (FUNARI, 2019, p.31)

O pesquisador ainda afirma que, quanto aos métodos de fazer a guerra, os soldados espartanos formavam as famosas falanges, que era fileiras de soldados batalhando de pé, assemelhando-se a uma espécie de muro formado de escudos avançando com lanças afiadas. Essas falanges adotavam uma formação fechada contra seus inimigos, incentivadas por coros e sons de flautas. Funari acrescenta que:

Nada mais sisudo do que o modo de vida de Esparta. Nessa sociedade de ferro, desde a mais tenra idade, os garotos eram criados como futuros guerreiros, submetidos a condições muito duras, tanto para o seu corpo como para o seu espírito, de maneira a se tornarem pessoas extremamente resistentes e, por isso, se usa, até hoje, o adjetivo “espartano” para designar a sobriedade, o rigor e a severidade. (FUNARI, 2019, p. 32).

Em sua dissertação de mestrado defendida na UFRJ intitulada “A ambiguidade da visão das esposas espartanas”, a professora substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em história comparada, Isabel Sant’Ana Martins Romeo defende que:

A preocupação latente com os nascimentos era outra característica marcante de Esparta e da Grécia Antiga como um todo. Pois esse era o valor máximo do cidadão. Sobre esse assunto, podemos nos remeter a praticamente toda nossa documentação, pois a preocupação com a decadência esta em todos os lados, desde a apresentação do individuo como filho de alguém e de um determinado lugar, até ser esta a primeira preocupação dos legisladores, por

ser os homens a essência da pólis que, após sua constituição, se sobrepõe a eles. (ROMEO, 2007, p. 129).

Em seus estudos, o professor Funari afirma que a vida de um menino espartano era muito árdua e difícil. Eles eram obrigados a ter uma educação militar muito rígida. Eram submetidos o tempo todo ao treinamento para a guerra, treinamento esse que não levava em consideração a infância dessas crianças.

Esses meninos, segundo o pesquisador, eram obrigados desde muito cedo a suportarem a dor através de castigos físicos como o ato de serem chicoteados até sangrarem. Outro fato interessante é a crueldade que esses meninos deveriam ter a tal ponto de caçar e matar indivíduos do povo submetido, os Hilotas, isso levando-se em consideração que essas pessoas eram tidas como seus servos e produziam basicamente tudo que os espartanos utilizavam, principalmente alimentos,

O professor Funari acrescenta que:

Os jovens deviam obedecer às ordens dos mais velhos sem qualquer resistência e só podiam falar quando alguém mais o velho permitisse, a tal ponto que os outros gregos diziam que era mais fácil ouvir uma estátua falar do que um lacônio. Como falavam pouco, os espartanos acabavam fazendo isso com muita precisão e concisão, e esse tipo de fala passou a ser conhecida como “lacônica”. (FUNARI, 2019, p. 32).

A dificuldade dos estudos sobre a sociedade de Esparta, de acordo com o historiador, é a ausência de fontes. Muitos dos relatos e documentos foram escritos por autores de outras regiões, ou que não eram cidadãos espartanos. Segundo o autor, é sabido que havia uma estrutura social muito rígida e que o papel fundamental nessa sociedade beligerante, era o fato de transformar os meninos em guerreiros ferozes. Na tradição espartana, o pai era obrigado a levar seu filho recém-nascido para ser analisado por anciões e, lhe era dado o direito de criar essa criança se a mesma fosse saudável e forte, caso contrário, era lançado em um despehadeiro:

Aos sete anos, todos os garotos deixavam suas mães e eram reunidos e divididos em unidades, ou “tropas”. Passavam a viver então em conjunto, nas mesmas condições. O mais veloz e o mais valente nos exercícios militares tornava-se o comandante da unidade e os outros deviam lhe obedecer, assim como aceitar as punições que ele estabelecesse. Os rapazes aprendiam a ler e escrever apenas o necessário aos objetivos de se tornarem soldados disciplinados e cidadãos submissos, concentrando-se no aprendizado militar. (FUNARI, 2019, p.32).

O pesquisador ainda aponta que quanto mais os meninos cresciam, mas aumentava os níveis de dificuldades. Entre outras coisas, eles eram obrigados a andar nus e descalços, com o objetivo de tornar a pele mais resistente; só podiam tomar banho em água fria, e quanto

ao descanso, só era permitido dormir em camas feitas por eles mesmos de uma planta chamada “junco”.

Funari afirma que, a sociedade dos “lacedemônios” tinha como tradição a rigidez, do nascimento a velhice do indivíduo. No caso dos homens, os mesmos só adquiriam alguns poucos direitos após completarem 20 anos de idade, e, para conseguirem o direito de se casarem, ter mais independência e outros direitos deveriam completar a idade de 30 anos. Já no caso do serviço militar, o soldado espartano só estaria liberado quando completasse 60 anos, uma idade muito avançada para a época, pois como foi dito anteriormente, os homens dificilmente passavam da idade de 40,50 anos, uma vez que, entre outras características, a sociedade espartana era extremamente belicosa.

Funari finaliza afirmando que:

As consequências desse sistema foram a disciplina, por um lado, mas também a falta de criatividade, a dificuldade de desenvolver as artes e a indústria e a estagnação, por outro. Contudo, formou-se um exército espartano muito efetivo e poderoso, o que acabou por fazer de Esparta uma grande potência no contexto das cidades gregas. (FUNARI, 2019, p. 33).

Na obra *Ascensão de Atenas*, Anthony Everitt, há uma famosa parábola sobre a educação dos meninos espartanos para servir de lição para os mesmos. Segundo o autor, esses jovens espartanos receberam de seus superiores a missão de roubar o que pudessem e onde conseguissem e, seu único crime, seria se fossem descobertos. Em sua obra, o professor Everitt narra que:

Os outros jovens com a mesma idade haviam roubado uma raposa mansa e lhe dado para cuidar. Quando os donos foram procurar o animal, o jovem segurou a raposa debaixo do manto, O animal assustado começou a mordê-lo e dilacerou seus intestinos. O jovem não se moveu nem fez barulho, para evitar ser descoberto. (EVERITT, 2019, p. 42).

Ainda, segundo Everitt, a lição surpreendente desse acontecimento foi o fato de que, uma vez que os donos da raposa foram embora sem encontrá-la, seus amigos que haviam roubado o animal notaram o que aconteceu e reprovaram a estupidez do jovem, dizendo que era preferível deixar o animal ser encontrado a perder a própria vida. Everitt finaliza a parábola afirmando que, para a surpresa de todos os outros, o jovem dilacerado pela raposa respondeu que “não”, que mesmo mortalmente ferido, segundo ele, para um espartano, “era mais honroso morrer, sem ceder a dor, do que salvar sua vida e cair em desgraça para sempre”.

O debate sobre o papel das mulheres em Esparta

Na Grécia antiga, a cidade-estado de Esparta foi motivo de muitas discussões entre políticos e pensadores da época, ora para elogiar, ora para criticar o modo de vida dos lacedemônios, mas no geral, as críticas eram tecidas principalmente por homens atenienses. Levando-se em conta o contexto político-social em que esses políticos e pensadores estavam inseridos e, numa *Hélade*, onde a maior parte das cidades-estados eram distintas, é possível tentar entender os motivos pelos quais a sociedade espartana foi considerada, segundo a documentação literária que nos foi deixada, às vezes como um contraponto de uma sociedade ideal, outras vezes como um modelo de cidadãos e guerreiros.

Segundo Fábio de Souza Lessa e Luis Filipe Bantim de Assumpção, ambos da UFRJ, em um artigo intitulado *Discurso e representação sobre as espartanas no período clássico*, a sociedade espartana adquiriu proeminência nas análises histográficas, sobretudo, a partir do século XVIII. E a temática em torno das mulheres na sociedade espartana foi um dos temas mais debatidos. Os pesquisadores afirmam que, “entre os diversos aspectos da sociedade lacedemônia que foram analisados e representados ainda na antiguidade, percebemos as mulheres como um dos temas de maior recorrência e interesse dos autores do período clássico”. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p.3).

Segundo os autores, tanto nas obras de Homero, nos filósofos socráticos, nos teatros cômicos e trágicos, as mulheres espartanas eram representadas, ora como símbolo de beleza e força, ora como símbolo de avareza, descomedimento sexual e descontrole social. Ainda, segundo Lessa e Assumpção, as mulheres espartanas foram consideradas por duas perspectivas distintas: “por vezes representadas pelo discurso dos autores clássicos como um modelo de conduta social; em outras ocasiões como dotadas de uma liberdade excessiva e práticas sexuais descomedidas” (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p.2).

Observa-se que muitas pesquisas sobre as mulheres espartanas fundamentam seus trabalhos a partir de documentação literária de autores antigos que escreveram sobre a sociedade espartana, tais como Xenofonte, Aristóteles e Platão. Ainda, segundo Lessa e Assumpção, esses discursos acirraram-se ainda mais após o fim da guerra do Peloponeso (431 a.c.- 404 a.c.), onde Esparta se saiu vencedora na guerra contra Atenas e seus aliados, e, como vencedora do conflito, passou a ser vista por muitos como a cidade-estado detentora da melhor forma de governo. Esses discursos se davam como uma alternância de exaltação dos lacedemônios e com a desvalorização dos elementos culturais da sociedade espartana.

Por sua vez, Romeo observa para o fato de os autores antigos usarem a manipulação em seus discursos. A historiadora afirma que:

Exaltava-se a ordem e a disciplina de seus exércitos, ao mesmo tempo em que se criticava a conduta em relação as mulheres quando lhes aprovassem. Alguns, a exemplo de Xenofonte, simplesmente afastavam seus discursos de características que pudessem ocasionar problemas a fama de Esparta. (ROMEO, 2007, p. 126-127).

Ou seja, para a pesquisadora, alguns autores antigos, como Xenofonte, elaboravam discursos com o objetivo de mostrar a Pólis de Esparta como um modelo ideal na qual, as outras pólis deveriam se espelhar.

Lessa e Assumpção ainda observam que os estudos sobre as mulheres frente a história política tradicional (eurocentrista e masculina) ganhou visibilidade com os grupos feministas e suas lutas nas questões de história de gênero. Tal perspectiva fez das mulheres agentes históricos e deu voz a essas mulheres por meio de uma escrita histórica não masculinizada.

Ambos os autores ainda alertam que, quando se trata de pesquisas históricas de um grupo, nesse caso, as mulheres da sociedade espartana, esse estudo deve estar atrelado aos seus respectivos contextos sociais, bem como ao grupo e ao território as quais pertenciam:

No que concerne as mulheres na antiguidade clássica é revoltante problematizar acerca da maneira como estas foram representadas no discurso literário. Em virtude das características oriundas do discurso documental, ressaltamos que a generalização das mulheres em uma categoria social única seria um mecanismo voltado para legitimação de um conjunto de práticas político-culturais, em “sociedades masculinas”. No que diz respeito as mulheres de Esparta, estas foram representadas em um contexto histórico específico para corresponder aos interesses que um autor gostaria de transmitir aos interlocutores de seu discurso. (LESSA, ASSUMPÇÃO, 2017, p.3).

Os autores também esclarecem que não há uma documentação diversa acerca das mulheres espartanas no período clássico (sec. V a.c. – sec. IV a.c.). Entende-se que os autores clássicos variavam em suas representações, que restringiam a mulher aristocrata da sociedade espartana. Em alguns casos, essas mulheres eram vistas, ora como um ideal de conduta, ora como uma espécie de contraponto de valores tradicionais da sociedade ateniense. Dessa forma, de acordo com os pesquisadores, é necessária a aplicação teórica das representações e dos discursos objetivando o processo de construção e escrita da história.

Para a historiadora Romeo, só é possível aprender sobre as mulheres espartanas do período clássico quando se torna claro esse nivelamento identitário. Romeo afirma que:

Dito de outra maneira, compreendendo a conexão de Esparta com os valores gregos, nos apropriamos do simbólico propostos pelos antigos e podemos até arriscar o entendimento de uma ordem social que, diversamente do que se

acredita, não exclui, mas necessita das mulheres para a reprodução. (ROMEO, 2007, p. 125).

Lessa e Assumpção afirmam que o artigo de ambos os pesquisadores é baseado em dois autores antigos oriundos da sociedade ateniense e, portanto, permeados por essa cultura, no caso, os pensadores Xenofonte e Aristóteles. Os pesquisadores apontam que, uma vez que há uma relação entre as obras desses autores antigos com a historiografia contemporânea, o objetivo é tentar compreender os discursos e representações sobre a mulher na sociedade espartana, uma vez que a documentação literária pode oferecer indícios históricos. Conforme Lessa e Assumpção:

Em linhas gerais, afirmamos que o discurso de ambos os autores representou as práticas sociais da mulher espartana para que correspondessem aos seus respectivos interesses políticos. Logo, no intuito de podermos extrair um número maior de informações dos discursos presentes na documentação literária, recorreremos ao contexto no qual tais autores produziram seus escritos, para que assim tenhamos maiores possibilidades em apreender a intenção de suas representações. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 4).

De acordo com os autores, sobre a questão de como é representada a sociedade espartana nos escritos de Aristóteles e Xenofonte, há várias discordâncias em muitos aspectos. Lessa e Assumpção afirmam que, enquanto Xenofonte exalta o comportamento e a organização política dos esparciatas de sua época em praticamente em toda a sua obra, “constituição dos lacedemônios”, Aristóteles, em especial nos escritos de sua famosa obra, “*Política*”, estabelece considerações que ressaltam as motivações que fariam da constituição de Esparta diferente daquela idealizada para uma pólis ideal. Em suas observações, Aristóteles enfatizou que o caráter militar da constituição de Esparta ocorreu devido ao seu amplo contingente de escravos Hilotas, mas também pelo fato da lacedemônia – região em que Esparta estava localizada- estar rodeada de territórios inimigos.

Os pesquisadores apontam ainda que Xenofonte deve ser analisado através do seu lugar social na Atenas clássica, uma vez que pertencia a elite dessa sociedade no período clássico (sec. V a.c. – sec. IV a.c.). Também deve ser levado em consideração que esse pensador era um grande atleta, e, dessa forma, um admirador da disciplina militar de Esparta, e também era um cidadão conservador, muito religioso e inteligente em suas abordagens.

Os autores também ressaltam que Xenofonte, por ter vivido numa Atenas destruída pela guerra de Peloponeso (431 a.c. – 404 a.c.) em que cidadãos da elite se viram obrigados a empregar suas riquezas na manutenção do conflito, fez com que essa própria elite criasse um discurso contra as falhas e os excessos políticos dos atenienses. Segundo Lessa e Assumpção:

Se considerarmos que Xenofonte foi adepto de uma oligarquia tradicional, as alusões às práticas democráticas seriam, na sua maioria, contrárias. Aquilo que acreditava em virtude e concepções do grupo ao qual pertencera. Com isso, o seu lugar social o fez construir uma representação de Esparta como um modelo ideal de sociedade, afinal, a “miragem” que se produziu dos costumes espartanos era a do êxito político e social por seguirem os valores ancestrais. (LESSA; ASSUMPCÃO, 2017, p. 51).

Já Romeo observa que:

Compreendendo que a miragem espartana estava construída nos valores gregos de honra, disciplina, desapego às honrarias e procriação de varões perfeitos (Eugenia) para uso fruto e crescimento do bem maior que era a pólis, já começamos a articular o lugar da esposa nessa sociedade. (ROMEO, 2008, p. 55).

Os pesquisadores Lessa e Assumpção ainda apontam o fato de Xenofonte ter perdido a cidadania ateniense e se refugiado em Esparta, inclusive recebendo terras dos espartanos, o que fez com que se aproximasse ainda mais dessa sociedade beligerante. Dessa forma, segundo os autores, o discurso presente na “constituição dos Lacedemônios” teria a intenção de exaltar os elementos tradicionais e aristocráticos que constituíam a sociedade espartana, tomando como ponto basilar aquilo que o autor conheceu como modelo de organização política, ou seja, a Pólis de Atenas.

Por outro lado, os historiadores afirmam que Aristóteles, por ser um Meteco, ou seja, um estrangeiro vivendo em Atenas, apresenta um discurso diferente. Os historiadores apontam que, por isso, coube ao Filósofo ressaltar os excessos de Esparta, frente as tentativas atenienses de restabelecerem a sua autoridade política e econômica na Hélade. Nota-se também, segundo os pesquisadores, que esse discurso carregado de críticas em relação aos espartanos se deu também em consequência do período em que ele se encontrava em uma Hélade devastada pela guerra do Peloponeso e as cidades-estados lutando contra a hegemonia da macedônia na região, entre elas Esparta que, mesmo sendo vencedora da guerra, se encontrava enfraquecida pelos longos anos de lutas. Assim, o lugar social de Aristóteles, como um Meteco na sociedade ateniense e como defensor dos interesses da macedônia, influenciou a maneira como observou e representou a pólis espartana.

Lessa e Assumpção apontam que Aristóteles em sua obra, *Política*, afirmava que o lendário legislador de Esparta, Licurgo, um personagem que pouco se sabe sobre sua vida, não foi capaz de elaborar leis que controlasse o interesse das mulheres espartanas pela riqueza, bem como com seus excessos sexuais: “Dessa maneira o autor atacou a imagem dos homens espartanos afirmando que esses, por serem provenientes de uma sociedade guerreira, eram dominados pelas suas mulheres” (LESSA; ASSUMPCÃO, 2017, p. 6). Os historiadores,

notam que para Aristóteles, seu discurso vinha para refutar o pensamento platônico que afirmava, em relação às mulheres, que a sociedade espartana seria o modelo ideal de *pólis*.

Romeo afirma que, para Aristóteles, na maioria das vezes, é notável a falta de equilíbrio no sexo feminino em Esparta. A historiadora afirma que “Por isso, a preocupação desmedida das espartanas no que tange a questão de riquezas e de falta de regras, o que com certeza estaria ligado a futura degradação de Esparta” (ROMEO, 2007, p. 129).

Segundo Lessa e Assumpção apontam, o pensador de Estagira afirmava que Esparta era uma espécie de ginocracia (autoridade das mulheres) e, o mesmo tinha como objetivo depreciar essa sociedade, pelo fato de o comportamento das mulheres espartanas ser visto pelos demais gregos como “bárbaro”. Segundo essa linha de pensamento, os historiadores observam que:

Defendemos que a representação da mulher espartana perpetuada pela historiografia tradicional (entre o século XIX e meados do século XX) teve como uma de suas bases os escritos de Aristóteles. Tais estudos observam o gênero feminino espartano como demasiadamente livre, ou então, analisaram tais mulheres como um contraponto ao modelo de mulher ideal, por vezes, representadas pelas atenienses. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 6).

Para oferecer uma outra perspectiva sobre os textos literários desses autores antigos, Lessa e Assumpção propõe fazer um contraponto entre o discurso de Aristóteles e o de Xenofonte, objetivando visualizar as informações dos discursos de ambos os autores, levando-se em consideração o contexto social no qual esses textos literários foram produzidos.

Voltando aos escritos de Xenofonte, os historiadores apontam que, já no início de sua obra, o mesmo afirma que o mítico legislador Licurgo foi capaz de estabelecer uma boa ordem (*eunomia*) entre os cidadãos espartanos ao obrigá-los a serem obedientes às leis e à tradição de sua sociedade e, entre essas leis, havia aquelas destinadas ao tratamento que seria dado às jovens mulheres espartanas na época da sua gravidez.

Em sua obra, *A constituição dos Lacedemônios*, Xenofonte afirma que:

Sobre a procriação, por exemplo, começando pelo princípio, as demais (*póleis*) mantem as jovens que vão dar à luz e que parecem bem-educadas com uma comida a mais racionada e com menor condimento possível; mantêm-nas privadas de vinho ou servem-no aguado. Como a maioria dos artesãos que são sedentários, os demais gregos gostam que as jovens trabalhem a lã, levando uma vida inativa. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 6).

Lessa e Assumpção apontam que, em sua obra, Xenofonte defendeu que o legislador Licurgo, deu a devida importância para as mulheres da sociedade espartana, uma vez que

segundo as leis e tradições, deveria haver um cuidado especial com as mesmas, objetivando dar à luz a crianças fortes e robustas, principalmente homens, almejando formar bons soldados.

Todavia, a visão de Aristóteles se opõe a de Xenofonte em muitos aspectos. Em sua obra, “*política*”, o pensador de Estagira afirmava que as mulheres, dotadas de liberdades excessivas, era prejudicial a felicidade de sua cidade, o que segundo ele, ocorreu em Esparta. Apontava também Aristóteles que as mulheres espartanas viviam sem freio, praticando toda sorte de excessos e de indolência, ou seja, diferente da rígida disciplina dispensada aos homens espartanos, o legislador Licurgo não conseguiu esse êxito em relação às mulheres, uma vez que as mesmas tendiam a desejos supérfluos. Segundo Lessa e Assumpção:

Ao que tudo indica, o pensamento de Aristóteles fazia parte da tradição ateniense de seu período, pois o filósofo completou os seus estudos em Atenas. Com isso, propomos que devido ao contexto do século IV a.c, Aristóteles estaria expondo aos seus interlocutores uma representação de Esparta que justificaria os seus motivos por não a considerar um modelo de *pólis* ideal. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 7).

Assim sendo, os historiadores notam que o discurso de Aristóteles sobre as mulheres espartanas é, na verdade, um contraponto em relação às mulheres da sociedade de Atenas, ressaltando ainda que o treinamento físico dispensado a elas não tinha qualquer utilidade para sua cidade-estado.

Já o discurso de Xenofonte, segundo ambos os historiadores, tentando dar fundamentos aos seus textos literários, defende que o modelo de vida das mulheres espartanas foi seguido como determinado pelo legislador Licurgo. Afirma ele que “os demais helenos” fazem com que as jovens se comportem de maneira sedentária, tal como artesãs, e questiona se as mesmas poderiam fazer algo grandioso levando uma vida inativa, somente trabalhando a lã.

Lessa e Assumpção apontam que, se for bem analisado o discurso de Xenofonte, nota-se que as espartanas são elevadas, em seu discurso, a um modelo singular se comparadas as outras *pólis* contemporâneas à Esparta. Os historiadores ainda citam que, segundo Xenofonte, as mulheres espartanas não deveriam ficar incumbidas das tarefas domésticas, uma vez que para elas, deveria haver um futuro mais grandioso, ou seja, ser mãe de um jovem e futuro guerreiro espartano. Outrossim, afirmava Xenofonte, havia na sociedade espartana uma espécie de modelo educacional prescrito para ambos os sexos, modelo esse que deveria ser organizado e vigiado pelos próprios cidadãos de Esparta.

Os pesquisadores observam que, de acordo com Xenofonte:

Licurgo, por sua vez, pensou que as escravas bastavam para produzir vestidos e, como considerava que a procriação era a principal missão das mulheres livres, em primeiro lugar fez com que as mulheres exercitassem seus corpos não menos que os masculinos. Logo, organizou competições para as mulheres, entre elas a corrida e a prova de força, exatamente como fez com os varões, convencido de que matronas vigorosas também os filhos nascem robustos. (LESSA; ASSUMPCÃO, 2017, p. 7).

Os historiadores afirmam que: “É necessário reforçar que as praticas de exercícios físicos, desenvolvidas pelas espartanas visavam ao cumprimento da principal função feminina para os gregos: A concepção de filhos legítimos” (LESSA; ASSUMPCÃO, 2017, p.7). Os autores ainda defendem que, esse processo possuía objetivos claros e uma formação pratica, ou seja, a finalidade desse tipo de educação das mulheres espartanas era de formar mães de guerreiros que essa sociedade necessitava.

Voltando a pesquisadora Romeo, a mesma também afirma que tanto as mulheres da sociedade espartana, bem como as demais gregas possuíam o ideal de maternidade de varões saudáveis, esse era o principal objetivo. A pesquisadora salienta que:

Nesse caso não há contradição entre os papeis e as atitudes das lacedemônias quando comparadas as demais gregas, e com atenienses em particular. Esses eram os casos mencionados pelas inscrições funerárias, no momento em que agiam em benefícios das suas pólis e, conseqüentemente, cumpriam seus papeis de esposas. (ROMEO, 2002, p. 90).

Os pesquisadores Lessa e Assumpção ainda notam que, quando Xenofonte cita como exemplo os artesãos, ele na verdade está fazendo uma critica social, uma espécie de comparação entre uma mulher criada ao ar livre, com aquelas que permaneciam no interior de suas casas. Os autores defendem a ideia de que: “Xenofonte estaria projetando o comportamento tradicional dos homens de Esparta às mulheres, o que permitia que estas fossem consideradas superiores aquelas que permaneciam reclusas no interior da propriedade paterna ou de seu marido” (LESSA; ASSUMPCÃO, 2017, p. 7). Os historiadores afirmam ser verossímil que no discurso de Xenofonte havia uma crítica à educação recebida pelas mulheres da sociedade ateniense, uma vez as tarefas das mulheres se resumia, basicamente, a administrar as propriedades da família, a habilidade de fiar, o cuidado na produção do vestuário, a arte da tecelagem, o manuseio dos cereais, bem como o preparo da alimentação, ou seja, tarefas de cunho manual. Levando-se em conta o lugar social de Xenofonte em Atenas, esse discurso pode ser visto como uma critica mordaz aos atenienses.

Lessa e Assumpção, ao fazer uma análise da obra do historiador Britânico da antiguidade Paul Anthony Cartledge sobre os escritos de Xenofonte, chegaram à conclusão de que:

A finalidade da mulher espartana era a de gerar filhos, para que estes dessem continuidade a linhagem familiar e fossem capazes de herdar a propriedade paterna. Contudo, a mulher espartana não era versada nas técnicas de limpeza, na produção de roupas e na arte de cozinhar os alimentos, uma vez que estas tarefas eram direcionadas às escravas Hilotas (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 7).

Esse ponto de vista é confirmado por Xenofonte, quando o mesmo afirma que eram as escravas Hilotas que faziam os trabalhos domésticos. Todavia, Lessa e Assumpção, apontam que é um equívoco acreditar que as mulheres da sociedade espartana não realizassem qualquer atividade doméstica ou que não tivessem o controle de suas casas.

Ainda, segundo os discursos sobre a educação das espartanas do período clássico, os pesquisadores notam que, Aristóteles afirmava que mesmo que as mulheres dessa sociedade fossem treinadas igual aos homens, isso não lhe servia de nada, uma vez que as mesmas não lutavam nas guerras. Aristóteles cita como exemplo, que durante a invasão de Esparta pelo exército de Tebas, as mulheres espartanas, mesmo treinadas, não foram nada úteis, causando mais confusão do que o inimigo.

Dessa maneira, para o Filósofo, a educação dispensada ao sexo feminino em Esparta não tinha outros objetivos que não fosse a procriação de crianças mais saudáveis. Mesmo as evidências apontando que o tipo de atividade física praticada pelas espartanas era semelhante a que os homens treinavam para a guerra, a utilidade prática desse treinamento não existia, uma vez que as mulheres de Esparta não iam para guerra.

Lessa e Assumpção apontam também que, segundo o discurso de Aristóteles, a mulher espartana, por ser considerada inferior ao homem na sua sociedade, a mesma seria impossibilitada de praticar atividades diferentes do seu caráter como o treinamento para a guerra. Os pesquisadores também chamam a atenção para o fato de que:

Em certa medida, romper com a visão aristotélica de que a Constituição espartana era estritamente direcionada para a guerra. Essa perspectiva de Aristóteles foi influenciada por Platão e se fundamentou no contexto político-social de Esparta após a guerra do Peloponeso, onde os esparciatas passaram a se lançar, ao longo do mar Egeu em embates com helenos e bárbaros. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 8).

Dessa forma, mesmo que Xenofonte tenha dado importância ao treinamento militar das mulheres na sociedade espartana, defendia que a finalidade não era só a guerra, mas também a disciplina e obediência dos cidadãos da sociedade espartana, obediência essa voltada a sua constituição e assim, além de tornarem-se os maiores guerreiros da Grécia, também os melhores cidadãos dessa região. Romeo também afirma em seus trabalhos que:

Em outras palavras, as espartanas, assim como as atenienses e as mulheres reconhecidas gregas, no período clássico, buscavam agir como moderação como lhe era apresentado como padrão. Não afirmamos que todas seguiam o modelo ideal proposto naquela sociedade, mas era nele que se mirava suas paixões. (ROMEO, 2006, p. 76).

Voltando a Lessa e Assumpção, ambos os historiadores defendem que, analisando as obras dos autores antigos Xenofonte e Aristóteles, há uma contradição quanto à autoridade das mulheres na sociedade espartana. Segundo os historiadores, Aristóteles defende: “Os esparciatas, por se manterem ocupados com a vida militar, acabaram permitindo que suas mulheres adquirissem influência sobre as determinações políticas de Esparta”. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 7-8). Eles acrescentam que, na visão de Aristóteles, esse foi o motivo de enfraquecimento da sociedade espartana. Entretanto, o estagirita teria elaborado seus discursos contrapondo a sociedade ateniense representada pelos homens com a sociedade espartana, que dava certa importância ao papel social da mulher, levando-se em conta o contexto beligerante dessa sociedade.

Lessa e Assumpção afirmam que, de maneira distinta, Xenofonte nos trouxe em seu discurso a importância do mítico legislador Licurgo que levou em consideração todas as instâncias da sociedade espartana. De uma forma geral:

A representação que Xenofonte construiu dos esparciatas demonstrou como a constituição e suas práticas político-culturais lhe garantiu a autoridade político-social da Lacedemônia durante séculos. Todavia, Xenofonte argumentou que uma sociedade que segue os valores da tradição obtém o sucesso, onde a interação de mulheres e homens garantiu a geração de guerreiros adequados para as finalidades políticas de Esparta. (LESSA. ASSUMPÇÃO, 2017, p.8).

Dessa forma, notam os historiadores, o modo de comportamento das mulheres nesta sociedade está diretamente ligado às especificidades da tradição e dos costumes de Esparta e, visto pelos cidadãos de outras *pólis*, era algo fora do padrão adequado. Portanto, Lessa e Assumpção chegaram à conclusão que:

As representações das mulheres aristocráticas de Esparta foram construídas de uma comparação com as mulheres atenienses (seja em Xenofonte ou em Aristóteles). Mediante um viés alternativo, ainda que Aristóteles tenha criticado o comportamento das espartanas, estas eram o fruto de sua própria sociedade. (LESSA; ASSUMPÇÃO, 2017, p. 9).

Entretanto, os pesquisadores ressaltam que Aristóteles afirma que seu objetivo não era apontar os culpados por esses costumes na sociedade espartana, mas, mostrar os erros que existiam na constituição daquela sociedade. Lessa e Assumpção finalizam seu artigo apontando que Xenofonte, em seus discursos, defendia “A importância atribuída ao sexo

feminino em Esparta, se veiculava a capacidade de gerar guerreiros para a *pólis* e devido ao número limitado de cidadãos do sexo masculino”. (LESSA;ASSUMPÇÃO,2017,p.9)

Romeo afirma que o modelo da sociedade de Esparta está atrelada a cultura militar e ao treinamento físico e, que as mulheres espartanas estão inseridas nesse contexto. Citando a historiadora americana Sara Pomeroy, a pesquisadora aponta:

Do mesmo modo que os meninos eram educados para serem guerreiros, as meninas o eram para serem mães de guerreiros. O sistema educacional uniforme preparava todas as meninas para tornarem-se o mesmo tipo de mãe. Essa meta, diz ela, “obviamente” não requeria a prática a todo momento e o exame minucioso imposto a todos os meninos. (POMEROY, 2002, p. 4).

Também trazendo os estudos da professora universitária Britânica-canadense Elaine Fanthan, Romeo observa que as mulheres espartanas são praticamente as únicas mulheres gregas que possuem igualdade com os homens:

Eram criadas como os garotos e as esposas podiam sair quando quisessem. Essas não eram propriedade de seus maridos, pois a sociedade com base na eugenia permitia que elas fossem reivindicadas por outro homem. A mulher não era posse do marido, sua servidão encontrava-se na maternidade assim como o homem na guerra. Além do cumprimento desse dever cívico, nenhuma restrição era feita a sua liberdade. (FANTHAN, 1994, p. 56)

Voltando a Romeo, a procriação era um fato tão importante na sociedade Espartana, que, segundo a mesma, nas lápides dos cemitérios, só era permitido escrever o nome dos mortos nos seguintes casos: o nome das mulheres que morreram no parto e dos guerreiros mortos em combate, ou seja, só mereciam ser lembrados pela sociedade após sua morte aqueles que morreram a seu serviço, no caso, parto e guerra.

Considerações finais

O presente artigo buscou apresentar e analisar os discursos antagônicos sobre as mulheres da sociedade espartana no período clássico (sec. V a.c.- IV a.c.), escritos por autores antigos como Aristóteles e Xenofonte e, minuciosamente estudados por historiadores atuais como Luis Filipe Bantim de Assumpção, Fabio de Souza Lessa, Isabel Sant’Ana, Martins Romeo, entre outros. Esse trabalho voltou-se a tentar entender as limitações na questão dos discursos concernente a sociedade espartana no período clássico, principalmente em relação às mulheres dessa sociedade.

Foi possível verificar que, na sociedade espartana, todos, independente se fossem homem ou mulher, eram obrigados a trabalhar em prol da sua Pólis, de uma forma ou de

outra. Aqueles que obtinham êxitos na pólis de Esparta, eram exaltados e lhe eram conferidos um status de honra. Os que falhavam ou tentavam escapar das regras, eram penalizados, denegridos, e visto como covardes por tamanha desconsideração com sua Pólis. Por exemplo, as mulheres que não podiam ter filhos não alcançavam *status* nenhum, bem como os celibatários e os afeminados. Em uma sociedade extremamente beligerante, onde o individuo só era reconhecido se obtivesse sucesso contra seus inimigos numa espécie de competição pela glória, cada homem era observado pelo outro.

Toda sociedade possui seus próprios modos de adestramento dos corpos de ambos os sexos e, no caso do corpo feminino das mulheres espartanas, esse adestramento era usado para deixa-lo mais forte para o parto, ou seja, esse era o principal objetivo, gerar crianças perfeitas. Dessa forma, baseado nos estudos dos pensadores antigos, a historiografia atual aponta que a liberdade das mulheres da sociedade espartana está ligada a um estranhamento por parte dos atenienses com relação a Pólis de Esparta, mas em linha gerais, o que se pode ser útil para determinada sociedade não serve para outras.

BIBLIOGRAFIA

- GUARINELLO, Luís Norberto. **História Antiga**. Editora Contexto, São Paulo, 2018.p.7-51.
- FUNARI, Pedro Paulo, **Grécia e Roma**. Editora Contexto, São Paulo, 2019.p.9-33.
- DE SOUZA LESSA, Fábio; BANTIM DE ASSUMPÇÃO, Luís Filipe. **Discurso e Representação sobre as Espartanas no Período Clássico**, Synthesis, vol.24, núm 2,2017. Universidad Nacional de La Plata, Argentina.
- ROMEO, Isabel Sant'Ana Martins. **A Ambiguidade da Visão das Esposas Espartanas**. 2006.119 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Comparada, 2006.
- EVERITT, Anthony. **A Ascensão de Atenas**. Editora Crítica, Consolação, SP, 2019, p.42.
- POMEROY, Sara B. Diosas, RAMERAS, **Esposas y Esclavas – Mujeres el la antigüedad clásica**. TRAD, Ricardo Lezcano Escudeiro. Madrid: Akal,1997.
- FANTHAN, Elaine et al. **Women in classical word- Image and text**. New York: Oxford, 1994.